

## Presente e futuro do ISP: o uso de dados e evidências na segurança pública <sup>1</sup>

Em 2017 assistimos a uma crise sem precedentes no Rio de Janeiro devido ao quadro de calamidade fiscal do estado. O governo atrasou o pagamento dos servidores, parou de pagar todos os seus fornecedores e observou os serviços públicos colapsarem. O acordo de recuperação fiscal, a alta do barril de petróleo e a intervenção federal na área de segurança trouxeram alívio, mas o cenário fiscal ainda é muito crítico e não tende a melhorar nos próximos anos.

Nesse contexto, não há mais espaço para discutir políticas públicas fundamentadas em fortes aumentos de despesa, como aumento expressivo do efetivo policial ou compras significativas de material e viaturas. **É urgente definir prioridades e fazer mais com os recursos existentes. Para isso, é preciso desenhar políticas baseadas em evidências e aprimorar o planejamento e controle dos serviços de segurança do Rio de Janeiro por meio do uso de dados.** Não há espaço para achismo nem empirismo. Isso implica em usar dados e informações para identificar e priorizar os problemas, escolher políticas cuja efetividade tenha alguma evidência, monitorar a implementação e avaliar seus resultados. Na área de segurança, isso se traduz em distribuir o efetivo policial entre batalhões e delegacias segundo uma regra que considere as incidências criminais, população e área; identificar ruas e horários com maior incidência de crimes para ser muito preciso e específico na alocação do patrulhamento; analisar as circunstâncias e motivações de homicídio para poder desenhar políticas preventivas; usar tecnologia para fazer supervisão eletrônica; fazer análise de padrões balísticos para facilitar a identificação de autores de crimes; monitorar os indicadores criminais e taxas de elucidação de crimes em reuniões gerenciais; e avaliar o impacto de iniciativas inovadoras, entre muitos outros exemplos.

Implantar uma cultura de uso de dados no Rio de Janeiro é possível, mas requer visão e investimento direcionado à aquisição, validação e disseminação de dados, assim como ao desenvolvimento de competências profissionais para analisar dados e à criação de estruturas de incentivo para seu uso.

O Instituto de Segurança Pública foi criado em 1999 e desde então se concentrou em ser um órgão de análise de dados e de prestação de contas à sociedade via divulgação de dados e coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança. Nos últimos anos, o Instituto direcionou esforços para se tornar um ente técnico da Secretaria e de apoio ao uso de dados pelas polícias. A instituição auxilia no entendimento do fenômeno criminal no estado e na formulação de políticas e ações para o enfrentamento do problema. Esse braço de atuação ganhou força quando as UPP começaram a ser desenhadas e o Sistema Integrado de Metas foi desenvolvido, mas teve grande impulso nos últimos anos, culminando com a construção do ISGeo.

Há 15 anos, o ISP publica mensal e ininterruptamente os números oficiais de crimes e registros administrativos do estado. Atualmente, o lapso entre o final do mês e a divulgação das informações criminais é de no máximo 20 dias. O Instituto conta com grande reputação e legitimidade na sociedade civil e é referência para criação de estruturas similares em outros estados e no nível nacional. Isso é fruto de um processo que levou mais de uma década para ser construído.

1 - Documento elaborado por Joana Monteiro, Diretora-Presidente do ISP, Diogo Coelho e Emmanuel Rapizo, Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Lançado em 2016, o ISPGeo surge da necessidade de oferecer uma ferramenta de análise criminal que facilite a identificação de manchas criminais em qualquer área do Rio de Janeiro, imprescindível para o trabalho da polícia na implementação do patrulhamento das manchas, uma das políticas avaliadas como mais efetivas na área de segurança. O ISPGeo é hoje instrumento fundamental para o planejamento e tomada de decisões com base em dados, seja no nível estratégico, seja no nível tático, seja no nível operacional.

Entretanto, há ainda um longo caminho a percorrer para tornar mais efetivos os serviços e as políticas de segurança do Rio de Janeiro através da cultura de uso de dados. É possível destacar três frentes de atuação.

Primeiro, **a tomada de decisões com base em evidências tem que fazer parte do dia a dia dos níveis estratégicos**. Isso ocorre hoje no nível da Secretaria de Estado de Segurança, que planeja ações integradas com base nas incidências exibidas no ISPGeo e monitora intensamente os indicadores criminais, que são também utilizados em todo processo de prestação de contas. Os resultados obtidos a partir das ações integradas de combate ao roubo de carga e ao roubo de veículo no último período são exemplo da efetividade desse processo. No mesmo sentido, o Sistema Integrado de Metas opera como principal elemento estruturante no uso de dados para monitoramento das unidades operacionais.

O ISPGeo foi utilizado para identificar os principais pontos de ocorrência de roubo de veículo e de roubo de carga no estado, que passaram a ser priorizados pelas operações integradas de combate a esses delitos. Através da ferramenta, verificou-se, por exemplo, que cerca de 1/3 dos roubos de carga ocorrem nas áreas de apenas cinco das 138 delegacias do estado. Para roubo de veículo, a concentração é de 1/4 dos casos nas áreas de cinco delegacias. Ao identificar os trechos de ruas e rodovias, assim como as faixas de horário nessas áreas em que as ocorrências eram mais frequentes, foi possível priorizar esses pontos na alocação dos recursos policiais. A comparação dos casos totais nos segundos e terceiros trimestres deste ano com o mesmo período do ano passado indica um resultado expressivo dessas ações: queda de 23% em roubos de carga e de 12% em roubos de veículo.

Entretanto, há muito que pode ser desenvolvido no nível das polícias. As posições de comando de batalhões e chefias de delegacias podem ser condicionadas a resultados de redução de crime, assim como os recursos e investimentos podem seguir uma regra clara de necessidade. A Polícia Civil implementou um sistema de monitoramento de taxas de elucidação de crimes por delegacia que tem essa inspiração, mas esse esforço precisa ser integrado a prioridades do sistema de segurança como um todo.

O ISP pode apoiar essas ações desde que haja decisão política do nível estratégico de que esse é o caminho, alinhando com todos os atores envolvidos. O monitoramento dos indicadores estratégicos deve ser empreendido para eventuais correções de rotas e ações, a tempo de produzir impacto. A cultura de avaliar políticas e ações estratégicas só será difundida com o decisivo apoio do gestor político, que deve estar convencido de que ela é elemento fundamental para a tomada de decisão acerca de políticas a serem continuadas, expandidas, corrigidas ou descontinuadas.

A segunda frente de atuação é no **suporte ao planejamento operacional**. Isso ocorre hoje nas ações integradas promovidas pela Secretaria de Estado de Segurança, mas as polícias carecem de uma cultura de uso de dados nas suas ações rotineiras. O instrumental do Policiamento Orientado ao Problema, que identifica e analisa o fenômeno criminal,

propõe ações que buscam identificar e solucionar o problema e avalia seus resultados, não está incorporado à rotina policial. Isso idealmente deveria ser incluído nos currículos de formação policial, como será discutido no próximo ponto, mas o ISP pode ter um papel de apoio técnico para acelerar esse processo e gerar casos de sucesso que ajudem a exemplificar os ganhos e disseminar uma cultura de dados.

Por fim, o uso de dados só fará parte da cultura policial quando ele estiver incorporado nas academias de polícia. O ISP pode **apoiar a elaboração de ementas para as disciplinas de formação e extensão em análise criminal nos cursos de formação policial**. Para acelerar o processo, é preciso haver uma oferta de cursos de extensão como já houve no passado para disseminação do Sistema Integrado de Metas e do ISPGeo. É desejável ainda construir um sistema de certificação de analistas criminais, que pode valorizar essa carreira dentro das polícias.

Esses exemplos buscam demonstrar ações necessárias para a difusão de uma cultura de uso de informações para o planejamento das atividades e ações no campo da segurança pública. Para isso, é fundamental a integração entre o ISP e os dois grandes órgãos geradores de informação na área de segurança: o Centro Integrado de Comando e Controle e a Diretoria de Informática da Polícia Civil. O CICC concentra os sistemas de rádio, despacho de viatura e câmeras e tem capacidade de liderar um processo de desenvolvimento de tecnologias, com destaque para a elaboração de serviços para alocação e supervisão policial. A Diretoria de Informática da Polícia Civil foi criada com o Projeto Delegacia Legal, iniciativa pioneira entre as polícias civis do Brasil de informatização de processos. Entretanto, essa unidade foi muito sucateada com a ausência de investimentos e com a crise fiscal do estado, necessitando de fortalecimento para poder liderar um processo de aquisição de tecnologia para aprimorar a investigação policial.

Outros dois fatores são importantes para o ISP poder continuar exercendo seu papel e possivelmente ampliá-lo: recursos humanos e financeiros. É fundamental manter o caráter técnico da equipe do ISP. A equipe é composta por estatísticos, geógrafos, economistas, cientistas sociais, membros da carreira de gestor público do estado, policiais civis e militares que complementam suas áreas de conhecimento no desenvolvimento de soluções para análise de dados em segurança pública. Além disso, as atividades da instituição requerem uma direção com perfil estritamente técnico e neutro em relação às corporações policiais.

Em termos financeiros, o orçamento executado pelo ISP em 2017 foi de R\$ 3,26 milhões, o que correspondeu a 0,05% do orçamento total da área de segurança do estado do Rio de Janeiro. Esse orçamento é direcionado basicamente para a folha de pagamentos e encargos e para despesas básicas de manutenção do funcionamento do Instituto, não havendo recursos orçamentários disponíveis para investimento. O ISP funciona hoje com uma estrutura bastante enxuta, com 37 funcionários, dos quais 2/3 estão vinculados às atividades-fim e o restante dedicado às atividades administrativo-financeiras necessárias pelo fato de a instituição ser uma autarquia. Os processos da instituição foram todos revistos e documentados nos últimos anos, o que permitiu grandes ganhos de produtividade, mas praticamente exauriu as possibilidades de incorporar funções sem um aumento de seu orçamento.

Com o apoio central do governo para o fortalecimento da gestão pública informada por dados e evidências, o ISP pode ser uma instituição-chave em um processo de construção de uma cultura de dados na segurança pública.

## RESUMO

- É necessário aumentar eficiência e eficácia das políticas e serviços de segurança
- Para isso, é fundamental promover o planejamento e controle utilizando dados/evidências
- 3 frentes principais são importantes: implantar Governança, desde o nível estratégico, suportada por evidências; realizar planejamento operacional baseado em dados; capacitar profissionais e estimular cultura de uso de dados.
- O ISP detém as competências, conhecimento e estrutura para dar suporte a tais frentes

### O lugar do ISP na governança da Segurança Pública no estado

A autonomia garantida pelo status de autarquia foi e continua sendo determinante para o grau de legitimidade e confiabilidade alcançado pelo ISP. Não à toa, experiência única entre todos os estados da Federação, o Instituto é visto como modelo para a criação de entidade similar em nível nacional, neste momento de implementação do Sistema Único de Segurança Pública.

Do mesmo modo, para responder de forma mais efetiva ao desafio de apoiar as polícias e o órgão definidor da política estratégica da segurança no estado – seja qual for a governança que se venha a adotar –, a experiência demonstra que é fundamental que o ISP esteja vinculado diretamente a esse órgão estratégico, para que seja garantida a efetividade de seu papel de mediação e interlocução com as duas polícias nos níveis estratégico, tático e operacional, e para que se possa pensar a segurança pública de forma mais global, para além das atividades policiais.

### Atualização normativa necessária para reforçar institucionalidade

Do ponto de vista institucional, é fundamental a atualização das normativas de funcionamento do ISP e de suas atividades. Tais atualizações incluem desde a Lei que criou a autarquia em 1999, para tornar a legislação mais afim ao que de fato são a missão e a estrutura do Instituto hoje, até a regulamentação em termos mais sólidos dos fluxos de dados com os quais o ISP trabalha, passando pelos decretos que definem a estrutura de cargos do Instituto e o arcabouço normativo dos conselhos comunitários de segurança. Isso é fundamental para que em momentos de transição e de eventuais alterações na governança da área de segurança não se perca todo o esforço realizado até aqui ao longo dos últimos anos para a consolidação do trabalho do ISP. Deve-se ressaltar que tais atualizações normativas não gerarão qualquer custo financeiro para o estado.

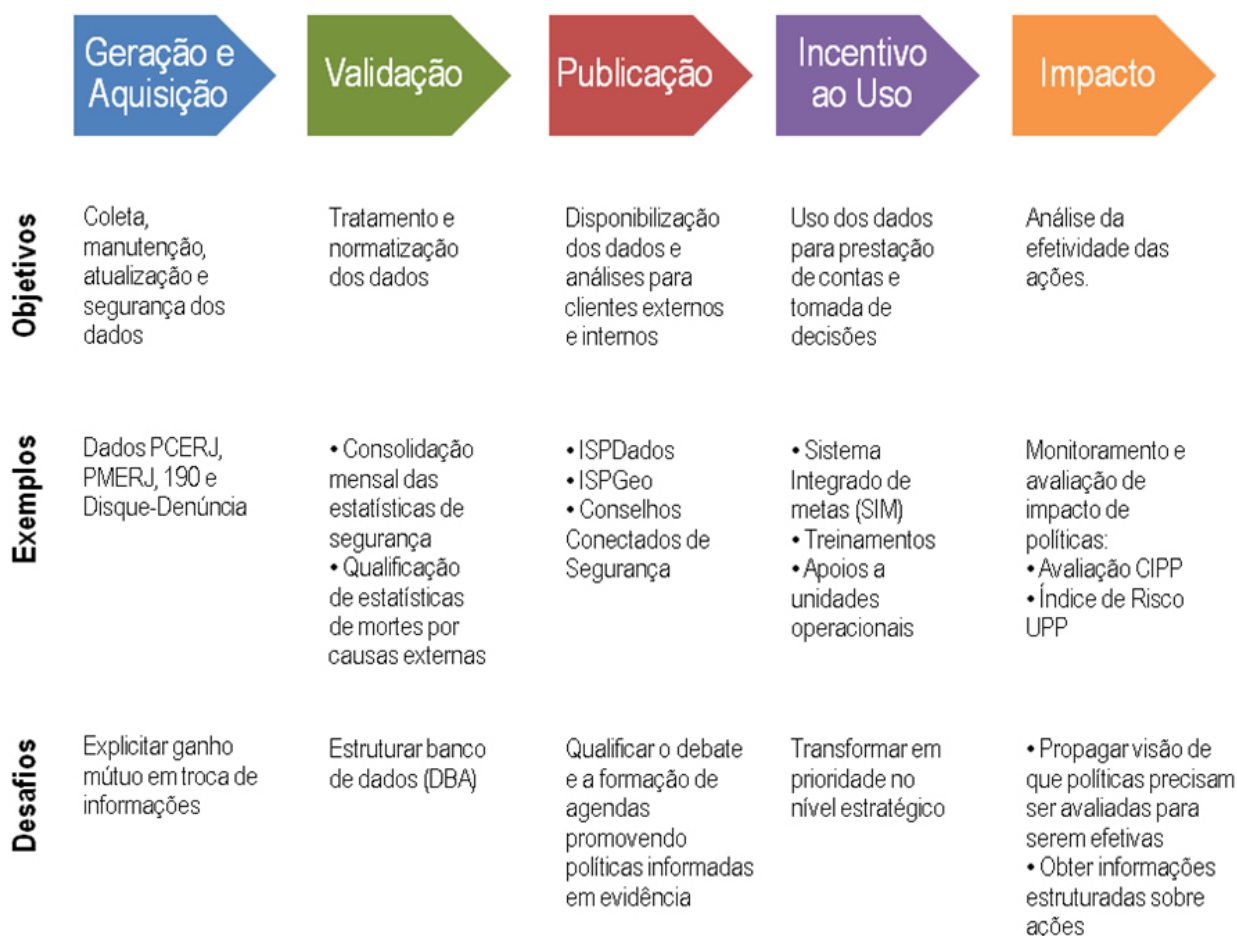
### Gerando valor aos dados: atividades e entregas do ISP

Para melhor compreender o trabalho realizado pelo ISP e os desafios colocados para o Instituto, vale entender que as atividades desempenhadas e os projetos desenvolvidos têm como objetivo a agregação contínua de valor aos dados e, conseqüentemente, às entregas feitas pelo ISP a seus clientes internos (polícias e cúpula da segurança pública do estado) e externos (pesquisadores, mídia, conselhos comunitários de segurança e sociedade em geral). Para tornar mais claro como isso é feito, pode-se observar, partir da Figura 1 abaixo, a cadeia de valor de dados do ISP. O trabalho com dados

perpassa várias etapas, que crescem valor à medida que vão se aproximando do objetivo final de informar a tomada de decisão e medir o impacto causado pela ação tomada.

Antes de melhor detalhar a cadeia de valor do ISP, cabe ressaltar que o trabalho do Instituto, de uso dos dados para apoiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas e ações estratégicas na segurança pública do estado, não se confunde nem compete com o trabalho de Comando e Controle, voltado para as ações de rotina e emergenciais (incluindo o serviço 190) das forças de segurança.

**Figura 1 - Cadeia de Valor de Dados do ISP**



## 1. Geração e aquisição dos dados

A etapa de geração e a aquisição de dados direciona esforços para encontrar e garantir as bases legais e técnicas para o trabalho. Sem um trabalho cuidadoso e preciso neste momento para manutenção e atualização dos dados, não há garantia de sustentabilidade do trabalho ao longo do tempo.

Atualmente, o ISP concentra seus esforços na aquisição de dados de outras instituições: PCERJ, PMERJ e Disque-Denúncia são as principais fontes.

A expansão dessa atividade requer o estabelecimento de parcerias com outras instituições para ampliar o conjunto

de dados que o Instituto analisa e as dimensões de análises que ele pode executar. Principalmente no entendimento de fatores que criam oportunidades para um evento criminal, ou na análise de efetividade do Sistema de Justiça Criminal. Com isso, o ISP poderia se configurar como um *hub* de informações na área de segurança, o que potencializaria sua capacidade de entender o fenômeno criminal e avaliar políticas de redução de danos. O maior desafio para o estabelecimento de novas parcerias é explicitar à instituição geradora dos dados o ganho que ela poderá ter ao cedê-los para o ISP. Em relação às instituições que já cedem dados para o Instituto, mais especificamente as duas polícias, o desafio imediato é a normatização e a consolidação do fluxo das informações. Para tal, foi criado um grupo de trabalho com representação do ISP, da PMERJ e da PCERJ. Em relação aos dados provenientes dos registros de ocorrência da PCERJ, está em fase de desenvolvimento um mecanismo de extração de dados (ETL).

O Instituto hoje não possui ações sistemáticas na parte de geração de dados, mas atividades nessa linha incluiriam a sistematização de informações geradas a partir dos Conselhos Comunitários de Segurança ou a realização de pesquisas primárias como já realizado no passado.

## 2. Validação dos dados

A **validação** responde por toda a fase de preparação dos dados brutos para que sejam consumidos posteriormente. É talvez o mais importante passo da cadeia, visto que nesta fase são definidos os níveis de validade e confiabilidade. Dados precisam ser críveis para que gestores os incorporem em suas rotinas de decisão.

A validação é provavelmente o eixo que hoje mais gera valor ao dado constituído no ISP, sendo a ação mais estabelecida e estruturada da cadeia de valor de dados do Instituto. Após a recepção dos dados, eles passam por diversos processos de tratamento e consolidação, que foram revistos e aprimorados nos últimos dois anos. Todas as ações nessa etapa se encontram documentadas em manuais desenvolvidos pela coordenação de estatística. Em relação a estes passos, o ISP já possui um conhecimento bastante consolidado ao longo dos anos, garantindo significativa valoração dos dados.

O desafio aqui é dar um salto qualitativo na direção de estruturar um banco de dados com todas as regras de segurança de acesso, passando a contar com um trabalho de *Database Administrator* (DBA). Para isso, foi desenhado um projeto e submetido ao FISED (Fundo de Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social).

## 3. Publicação dos dados

A **publicação** refere-se a todo trabalho para garantir que os dados sejam acessíveis e atraentes. Para tanto, os dados precisam ser apresentados como um produto interessante e consumível. Aspectos estéticos e visuais tornam-se importantes para captar os possíveis clientes, assim como as estratégias de comunicação e disseminação de informações. É nessa etapa que se trata da adequação a padrões nacionais e internacionais de dados abertos e transparências.

Para facilitar o consumo de dados pelas polícias, o ISP lançou em 2016 o Portal ISPGeo. Essa ferramenta de análise criminal consiste em uma solução de análise,

Outro tipo de produto oferecido ao público em geral, já consolidado no ISP, são os estudos temáticos em forma de dossiês. Anualmente, já na 13ª edição, o ISP publica o Dossiê Mulher, com dados de violência contra as mulheres. Em 2018, o ISP publicou ainda o Dossiê Criança e Adolescente e o Dossiê LGBT+. Além disso, o ISP publica a revista Cadernos de Segurança Pública, já em sua décima edição, cujos artigos podem ser acessadas em [www.isprevista.rj.gov.br](http://www.isprevista.rj.gov.br)

integração e visualização de dados georreferenciados e tabulares oriundos de diversas fontes de dados. Alimentado duas vezes ao dia, é de uso exclusivo dos agentes de segurança do estado, estando hoje disponível em batalhões, delegacias e nos setores do nível estratégico da Secretaria de Estado de Segurança. Municípios que queiram integrar suas ações na área de segurança podem realizar convênios com o ISP para acessar a ferramenta e compartilhar informações.

Para atender ao público externo, o ISP lançou em maio de 2017, o portal ISPDado, seguindo o modelo do portal de dados abertos do Governo Federal. Além dos arquivos em formato de base de dados, estão disponíveis também painéis (*dashboards*) para consultas interativas que permitem acompanhar a evolução dos indicadores de crime e violência, e entender o perfil de letalidade violenta, de vitimização de grupos vulneráveis, de violência contra a mulher e apreensão de armas.

Os Conselhos Comunitários de Segurança, coordenados pelo ISP, também podem ser entendidos como um mecanismo de publicação de dados. Os conselhos funcionam com reuniões mensais entre os representantes locais das duas polícias e a sociedade civil para prestação de contas e discussão de problemas, que tipicamente são iniciadas com a polícia apresentando os indicadores criminais. As reuniões são organizadas por diretorias eleitas para um mandato de dois anos. Atualmente o estado do Rio de Janeiro conta com mais de 60 CCS, em 43 municípios do estado. As informações sobre os CCS, incluindo agenda das reuniões, perfil dos presentes e assuntos discutidos, também podem ser acessadas no site do ISP.

O Instituto desenvolveu recentemente o projeto Conselhos Conectados de Segurança, que é tido como chave para ampliar a participação nos conselhos e dar mais efetividade a suas reuniões e atuação. Por meio de ferramenta inédita de chatbot na área de segurança pública, o ISP conectará virtualmente a população com os conselheiros eleitos de sua região, garantindo maior proximidade e celeridade no envio das demandas sociais aos comandantes e delegados, e ajudando a formatar a pauta das reuniões presenciais, tornando-as mais objetivas e eficazes. Além disso, levará mais informação aos cidadãos, mesmo àqueles que não possam participar das reuniões.

Há três desafios principais nessa etapa da cadeia de valor. Primeiro, qualificar o debate e a formação de agendas no Governo e na sociedade, promovendo políticas informadas em evidência. Segundo, é necessário publicar os dados de uma forma que atendam efetivamente as necessidades das polícias no desenvolvimento de seus trabalhos. Terceiro, é preciso pensar em mecanismos que tornem as reuniões dos CCS espaços efetivos de resolução de problemas. Nos três casos é indispensável um trabalho contínuo de comunicação e contato com os usuários para que os produtos publicados pelo Instituto sejam mais úteis, atraentes e utilizáveis pelos seus clientes externos e internos.

#### 4. Incentivo ao uso dos dados

A etapa do **incentivo** ao efetivo uso dos dados se preocupa com a diminuição dos custos de uso e com a capacitação daqueles que usarão os sistemas. Nessa etapa, também é fundamental a liderança dos tomadores de decisão, que podem criar incentivos institucionais para o uso de dados.

O ISP atua permanentemente na qualificação dos profissionais de segurança. Presente em diversos cursos de oficiais e praças da polícia militar, o Instituto contribuiu para formação de gerações de analistas criminais. Na Polícia Civil, houve

módulos para divulgar os processos relacionados ao Sistema de Metas (SIM). Recentemente, o ISPGeo foi apresentado por meio de diversos cursos e treinamentos que capacitaram centenas de policiais e servidores da área da segurança pública.

Além disso, o ISP presta apoio a unidades operacionais da Polícia Militar para qualificar o uso do ISPGeo e integrá-lo ao planejamento operacional do policiamento ostensivo, auxiliando na definição de locais e horários prioritários para a alocação de policiais e viaturas. Em 2018, o ISP apoiou o 9º e 2º Batalhões de Polícia Militar na análise criminal de suas áreas e no monitoramento da efetividade das ações policiais. Esse trabalho busca também entender como o Instituto pode oferecer um trabalho mais qualificado às unidades operacionais, tendo em vista a realidade e restrições enfrentadas na rotina das unidades. Ao final desse apoio, pretende-se desenhar um projeto que possa ser estendido a outras unidades operacionais.

Ainda nessa etapa, o ISP vem celebrando parcerias com universidades, *think-tanks* e instituições de fomento à pesquisa aplicada. O ISP tem hoje convênios ativos com o J-PAL, laboratório do MIT que estimula o desenho de políticas baseada em evidência científica, o INSPER, PUC-Rio e USP. O ISPGeo foi fruto de uma dessas parcerias, com o Instituto Igarapé e o grupo de empresários Parceiros da Segurança. Esse tipo de parceria é fundamental tanto para incentivar e qualificar o uso dos dados publicados pelo ISP por essas instituições, quanto para estabelecer uma rede com atores relevantes para influenciar a agenda do Governo na direção de formulação e implementação de políticas informadas em evidências.

Cabe ressaltar que o Sistema Integrado de Metas (SIM), desenvolvido e coordenado pela SESEG, tem papel fundamental nessa etapa. O SIM tem como principal objetivo desencadear ações integradas de prevenção e controle qualificado do crime através do estabelecimento de metas para a redução da incidência dos delitos definidos como estratégicos. O SIM estabelece reuniões em quatro níveis gerenciais que discutem a evolução dos indicadores criminais. As reuniões gerenciais e o uso de uma plataforma como o ISPGeo que permite a identificação de manchas criminais são os dois elementos centrais do modelo do Compstat, aplicado em Nova Iorque e referência mundial de política de segurança.

O desafio central para estimular o uso de dados na tomada de decisões é que isso seja de fato uma realidade para o nível estratégico da Secretaria e das polícias, de modo a haver um alinhamento e disseminação da cultura de tomada de decisão informada por dados a partir do topo.

## 5. Produzir impacto com os dados

Por fim, é preciso garantir que haja **impacto** real das ações na área de segurança. O uso de dados gera impacto quando as informações são utilizadas para desenhar e rever o direcionamento de políticas. Isso pode ser feito através de monitoramento de políticas em andamento ou via avaliações de impacto de políticas inovadoras. Avaliações de impacto são necessárias para orientar e justificar alocação de recursos; indicar se o projeto necessita de aperfeiçoamento; apoiar a busca de novos recursos para projetos bem avaliados; entender mecanismos pelo qual o projeto funciona; e identificar efeitos secundários e/ou efeitos não antecipados. Avaliações de impacto são necessárias para projetos inovadores, estrategicamente relevantes e ainda não testados.

Nessa etapa da cadeia de valor, o ISP atuou nos últimos anos avaliando a Companhia Integrada de Polícia de Proximidade (CIPP), implementada pela PMERJ nos bairros de Vila Isabel, Andaraí e Grajaú em 2015. Além disso, o ISP desenvolveu o índice de risco das UPP, que monitora a violência armada nas unidades do Programa de Polícia Pacificadora.

O desafio principal para desenvolver ações nessa linha é propagar entre os gestores de políticas e os tomadores de



decisão a visão de que políticas e ações precisam ser avaliadas para serem corrigidas, mantidas ou descontinuadas. Isso muitas vezes pode contrariar a visão do gestor político, que tem interesse em pautas positivas, independente do resultado real da política. Cabe notar, ainda, que para que esta etapa possa se concretizar é indispensável que as etapas anteriores gerem informações estruturadas que possam subsidiar os processos de monitoramento e avaliação de políticas e ações.